V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;

26 a 29/04/2022, UFRN, Natal (RN), evento online/remoto

ST01 - A pandemia da COVID-19 e o ativismo em tempos extraordinários

Movimento Estudantil no Brasil e na Argentina durante a pandemia

Olivia Cristina Perez (UFPI)

Pablo Ariel Vommaro (UBA/CONICET/CLACSO)

Resumo: O trabalho trata do ativismo de movimentos estudantis durante a pandemia, revelando suas concepções sobre desigualdades sociais. Para tanto foram sistematizadas as notícias divulgadas nas páginas virtuais da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Federação Universitária Argentina (FUA) durante a pandemia. Os resultados mostram semelhanças e diferenças nas pautas das duas organizações. Dentre as semelhanças, destacamos o foco nas desigualdades de gênero no século XXI, que pode ser explicado pela ascensão das mulheres em instituições centrais, bem como pela entrada desse tema na agenda dos movimentos sociais e dos governos eleitos. As diferenças dizem respeito à trajetória e ao contexto político dos dois países.

Palavras-chave: Juventude. Movimento estudantil. Feminismo. Pandemia.

INTRODUÇÃO

A pandemia causada pela Covid-19 se espalhou pela América Latina por volta de março de 2020. Entendemos que o período de crise revelou, aprofundou e alterou diversas dinâmicas sociais, dentre as quais destacamos as desigualdades sociais. Para captar percepções sobre as desigualdades sociais, este trabalho analisa as pautas expressas durante a pandemia por duas organizações de jovens estudantes sediadas no Brasil e na Argentina – a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Federação Universitária Argentina (FUA).

A juventude tem sido objeto de estudo desde o século passado, tendo gerado abordagens conflitantes sobre a definição do que é ser jovem e até qual idade a juventude se estenderia. Adotamos a definição de Boghossian e Minayo (2009), segundo a qual a juventude pode ser compreendida simultaneamente como um momento do ciclo de vida e como um conjunto de condições sociais dos sujeitos. Nesse sentido, referimo-nos às juventudes, conscientes de que a definição do que é ser jovem varia entre os países e dentro da mesma sociedade.

O estudo da participação política entre as juventudes não é um tema recente e tampouco restrito a uma ou outra abordagem. Dentro desse campo, destacamos publicações recentes que versam sobre a ação coletiva das juventudes durante a pandemia (Vommaro 2020 e Vázquez et al. 2021). Contribuindo com esses estudos, abordamos as percepções das juventudes sobre as desigualdades sociais conforme expressas nas pautas de grandes organizações de estudantes durante a pandemia.

Entendemos que as desigualdades sociais, assim como a compreensão sobre elas, não são estanques, ao contrário, são expressões de processos sócio-históricos: as desigualdades sociais são dinâmicas e relacionais, portanto, sofrem alterações em estreita conexão com as mudanças da própria sociedade (Vommaro 2019). Também partimos do pressuposto de que as desigualdades sociais têm relação com múltiplas clivagens, sendo essa a razão pela qual utilizamos o conceito de desigualdades multidimensionais para nos referirmos ao fato de que pobreza, etnia, território, religião, gênero, geração, educação e inserção laboral estão relacionadas com as desigualdades sociais (Vommaro 2019). Segundo a nossa compreensão, essas desigualdades estão interseccionadas, ou seja, há uma imbricação das múltiplas clivagens sociais que faz com que, por exemplo, a experiência de uma mulher negra seja diferente das vivências de uma mulher branca (Crenshaw 2002).

Com base nesses conceitos e referenciais, a pergunta que guia a pesquisa é: quais as percepções sobre as desigualdades sociais reveladas nas pautas das diversas organizações das juventudes durante a pandemia? E o que ajuda a explicar tais percepções?

O primeiro objetivo da pesquisa é verificar de que modo as percepções sobre as desigualdades sociais entre as juventudes organizadas politicamente vêm sofrendo transformações. Acreditamos que a análise das mudanças das pautas das organizações das juventudes pode revelar mudanças na compreensão socialmente compartilhada sobre as desigualdades. Além disso, à medida em que estudamos as juventudes podemos vislumbrar como os futuros adultos entendem as desigualdades sociais e as formas de combatê-las.

O segundo objetivo da pesquisa consiste na reflexão sobre quais são os elementos situacionais que levaram às mudanças na percepção sobre as desigualdades sociais. Para isso optamos por uma pesquisa comparativa com duas grandes organizações de jovens estudantes, uma do Brasil e outra da Argentina.

Por fim, também procuramos verificar quais foram as pautas formuladas pelas organizações das juventudes no período de crise decorrente da disseminação do vírus SARS-CoV-2. Trata-se, portanto, do registro de algumas consequências da pandemia entre os jovens e do que foi proposto para mitigar seus efeitos.

Ressaltamos que a presente pesquisa não tem a intenção de discutir como as desigualdades sociais são produzidas ou quais as clivagens sociais mais preocupantes na América Latina. A intenção é examinar como a juventude politicamente organizada vem percebendo os problemas sociais do presente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para captar mudanças nas pautas das organizações das juventudes durante a pandemia, escolhemos instituições que obedecessem aos seguintes critérios: 1) serem formadas por jovens; 2) possuírem algum tempo de existência; 3) terem centralidade no cenário das organizações das juventudes nos países selecionados.

Com base nesses critérios, escolhemos no Brasil a União Nacional dos Estudantes (UNE) por tratar-se de uma organização antiga (criada em 1937), formada por jovens e ser a organização estudantil mais estruturada e conhecida do Brasil. Na Argentina escolhemos a Federação Universitária Argentina, que foi criada em 1918 (como expressão do movimento conhecido como Reforma Universitária, oriundo da província de Córdoba) e que atua em prol dos direitos dos estudantes das universidades públicas argentinas em todo o território nacional.

Dois tipos de documentos dessas organizações foram examinados: os históricos descritos em suas páginas virtuais e a totalidade dos comunicados emitidos durante a pandemia. No caso da UNE, durante a pandemia foram escritas duas cartas endereçadas ao Governo Federal com denúncias e demandas relacionadas ao contexto pandêmico (UNE 2021a e 2021b) e também verificamos todas as 150 notícias disponibilizadas na página virtual

da entidade desde o começo da pandemia (de 18 de maio de 2020 até 11 de setembro de 2021). Já a FUA divulgou ao todo 132 comunicados desde o início da pandemia (em março) até setembro deste ano. Após procedermos à análise de todos esses documentos, selecionamos para o presente texto as passagens que consideramos as mais representativas de seus conteúdos e as mais produtivas para o levantamento das diretrizes que nortearam nossa investigação.

ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS NO BRASIL E NA ARGENTINA

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi a primeira grande organização brasileira institucionalizada a propor uma representação dos estudantes em espaços políticos de projeção nacional (Fávero 1995; UNE 2021c), contribuindo, por isso mesmo, para grandes transformações sociais no país desde suas primeiras ações (Fávero 1995; Gohn 2016). O contexto de seu nascimento já indica isso de maneira exemplar: ela surgiu em 1937, durante o Estado Novo, como uma forma de oposição ao governo promovendo desde o início de sua trajetória manifestações contra a posição diplomática do país em favor da Alemanha nazista. (UNE, 2021c).

Nos últimos anos destacamos a participação da entidade nas Jornadas de Junho de 2013, o maior ciclo de protestos na história recente do Brasil, quando milhares de brasileiros foram às ruas com pautas diversas que abrangiam desde a manutenção dos preços das passagens de ônibus até mudanças mais profundas no sistema político (Perez 2019 e 2021). Elas iniciaram um intenso ciclo de protestos que, em linhas gerais, em parte defende, em parte se opõe a um projeto conservador de sociedade, hoje representado pelo governo de Jair Bolsonaro. Nessa disputa, a posição principal da UNE tem sido a de defender os investimentos na educação e a manutenção do regime democrático.

Foi nesse contexto de agitação política que a pandemia chegou ao Brasil em março de 2020. Desde o princípio a UNE se mobilizou para mitigar os efeitos da doença com diferentes tipos de ações. Em um primeiro momento, por meio de um abaixo-assinado e de mobilização nas redes sociais, foram abordadas questões como o adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nesse contexto, eles também trouxeram à tona o fato de que milhões de jovens e crianças da rede pública não tinham acesso à internet ou a equipamentos para se prepararem adequadamente para a prova. No que diz respeito à área da educação como um todo, outras pautas também foram levantadas, como os cortes orçamentários sofridos ano a ano pelas instituições de fomento à pesquisa e à inovação. Em um segundo momento houve a denúncia do retorno às aulas presenciais instaurado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio de portarias sem consulta prévia aos estudantes e sem a ampla margem de vacinação que poderia viabilizar um acesso mais seguro. Outras

bandeiras levantadas pela UNE foram em apoio às reivindicações dos jovens entregadores que trabalham intermediados por aplicativos, que, de sua parte, realizaram no mesmo período paralisações reivindicando melhorias nas condições de trabalho (Estado De Minas 2021; UBES 2021; UNE 2021d).

As demandas da UNE no começo da pandemia foram formalizadas por meio de uma carta dirigida ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, divulgada em 5 de maio de 2020 (UNE 2021b). De acordo com os dados expressos nesta carta, uma pesquisa do Instituto SEMESP havia revelado que em abril de 2020 houve um aumento de 11,5% na taxa de evasão e de 71% na inadimplência dos estudantes em relação ao mesmo período no ano passado. A fim de amenizar essa situação, a instituição pedia então que o Congresso Nacional aprovasse um auxílio emergencial especialmente destinado aos estudantes que tivessem tido sua fonte de renda própria ou familiar afetadas pela pandemia.

Em outra carta, divulgada em agosto de 2020, a UNE pediu comprometimento dos poderes com a defesa da educação e da juventude, tanto em geral quanto na forma de demanda por emprego e renda (UNE 2021a). Conforme os dados apresentados nesse documento, a falta de ocupação entre os jovens de 14 a 17 anos chegou à marca dos 46,3% durante o ano de 2021 – o maior percentual da história. Igualmente digna de preocupação era a situação dos jovens na faixa etária entre 18 a 24 anos, que atingiu uma proporção de 29,8% de desempregados. A carta também denunciava os ataques à autonomia das universidades públicas brasileiras, considerando que parte dos dirigentes das instituições nomeado pelo governo Bolsonaro não foram os mais votados pela comunidade universitária. A carta também citava a falta de investimentos para que os estudantes obtivessem livre acesso à internet para viabilizar o aprendizado remoto (UNE 2021a). Seu tema principal, entretanto, era a defesa da democracia em um contexto de ameaça por parte do presidente, que em diversas ocasiões da crise revelou seu apreço por regimes autoritários.

Atualmente as pautas da União Nacional dos Estudantes defendem políticas que garantam controle da pandemia, políticas de emprego e renda, ampla vacinação e políticas de educação condizentes com o momento pandêmico. A reivindicação em torno da saúde se tornou uma campanha nacional coletiva organizada pela UNE, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), que pedem por “Vida, Pão, Vacina e Educação!” (UBES 2021; UNE 2021d). A campanha acontece em um cenário de recorde de mortes diárias por Covid-19 no Brasil, que já chegou a quase 600 mil mortos em setembro de 2021.

Além de se posicionar por meio dessas ações, a UNE também esteve presente nos protestos que ocorreram em diversas cidades durante o primeiro semestre de 2021, como os dos dias 29 de maio, 19 de junho e 24 de julho, que ficaram conhecidos pelas siglas referentes às suas datas, 29M e 19J, por exemplo. A pauta principal desses protestos foi a denúncia das

ações do governo Bolsonaro e do modo como o Governo Federal vinha conduzindo a prevenção e o tratamento da Covid-19. É importante ressaltar que os protestos contrários ao projeto representado pelo presidente Bolsonaro já eram frequentes desde o momento em que sua eleição se tornou uma possibilidade menos remota, como o protesto *#EleNão* (Perez, Moura e Melo 2021) no qual milhares de mulheres saíram às ruas em 2018 contra a sua candidatura e em oposição aos seus posicionamentos machistas e sexistas.

A organização aponta que a presença nas ruas continuará sendo uma de suas estratégias. Exemplar disso é a última notícia divulgada no site da organização, em 11 de setembro de 2021 (UNE 2021e), que consiste justamente em uma convocação para que os estudantes participem de um novo protesto em 18 de setembro de 2021, com o objetivo de ampliar as mobilizações que pedem o *impeachment* do presidente Bolsonaro e se posicionam em defesa da democracia. Convém lembrar também que, longe de ser apenas uma posição recente, a defesa da democracia é uma pauta antiga da instituição, que na verdade remete à sua luta contra a ditadura militar e não por acaso reapareceu com nova força sob o governo Bolsonaro.

A despeito da centralidade e da urgência do combate aos efeitos da pandemia, a UNE vem destacando, em suas ações e notícias mais recentes, a defesa da igualdade racial e de gênero, além do combate às discriminações sofridas pela população LGBTQIA+ (iniciais para as palavras lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer e intersexuais, sendo que + se refere a outras possibilidades dentro desse universo, como os assexuados e pansexuais). São essas preocupações anteriores à pandemia que continuam sendo destacadas por suas organizações, o que, para os fins desta pesquisa, também revela que a percepção atual sobre as desigualdades sociais, ao menos da parte desta instituição, tem a ver com tais clivagens.

A preocupação da UNE com a igualdade racial e de gênero é comprovada pelo fato de que em julho de 2021 a primeira presidente negra da história da instituição foi eleita – fato esse noticiado diversas vezes em sua página virtual. A possibilidade de que estudantes negros passem a presidir a organização é atribuída ao sistema de cotas que possibilitou a entrada de estudantes negros e pobres nas universidades públicas brasileiras nos últimos dez anos. Conforme a instituição: “agora, fruto da transformação do ensino superior no Brasil e das políticas de democratização pelas quais a UNE tanto luta, uma mulher negra e nortista chega ao posto máximo da entidade, representando milhares de outras brasileiras por todo o país” (UNE 2021g). A nova gestão da UNE seria efeito e ao mesmo tempo um catalisador desse processo. A questão racial e de gênero é tão importante para a organização que já foram organizadas nove edições dos Encontros de Mulheres Estudantes da UNE e sete Encontros de Negras/os e cotistas da UNE.

A importância dos direitos para a população LGBTQIA+ também faz parte das pautas da UNE, antes e durante a pandemia. Há inclusive na instituição uma Diretoria LGBTQIA+

que já organizou quatro encontros, sendo que o último ocorreu em julho de 2021, em plena pandemia. Conforme a diretoria LGBTQIA+ da entidade: “apesar da pandemia, dos milhares mortos, do aumento da violência, da fome e do desemprego, nós ainda celebramos nossos amores” (UNE 2021h).

Na Argentina, a instituição que escolhemos investigar foi a Federação Universitária Argentina (FUA). Ela foi criada em 11 de abril de 1918 sob as bandeiras de defesa da autonomia, da gestão compartilhada, do ensino gratuito e da renovação do quadro docente e da extensão universitária, conquistadas na Reforma Universitária de 1918. Reunindo quase um milhão e meio de estudantes universitários espalhados por todo o país, distribuídos entre as quase cinquenta universidades do Sistema Universitário Público Nacional, a entidade, composta pelos Centros Estudantis e Federações Universitárias de cada uma das universidades (FUA 2021a), tem como propósito central defender os direitos dos estudantes das universidades públicas.

Nos anos mais recentes, destacamos o envolvimento da FUA no histórico protesto *#NiUnaMenos* de 2015 pelo fim da violência contra a mulher, que deu visibilidade à luta feminista em todo o país. A Federação assim se manifestou sobre o protesto:

> hoy marchamos a lo largo y lo ancho del país, en distintas ciudades, para lograr que nuestra sociedad sea mas igualitaria. [...] Hoy la sociedad se unió ante un reclamo legitimo de ni una menos repudiando cualquier tipo de violencia en contra de la mujer incluyendo su expresión mas nefasta que es el femicidio. (FUA 2021b).

As mobilizações feministas de 2015 na Argentina foram a plataforma para a revitalização dos debates sobre a legalização do aborto, que deram origem a outras grandes manifestações, como as que aconteceram na Argentina em 2018 (*#QueSeaLey*) durante o debate parlamentar sobre a Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez. As mobilizações para a legalização do aborto de 2018 se replicaram em 2020, por conta da apresentação de um novo projeto de lei do Poder Executivo.

Nota-se, portanto, que a defesa dos direitos para as mulheres na Argentina – expressa em grandes protestos – ocorreu quase na mesma época dos protestos feministas brasileiros em 2018 e do chamado de *#EleNão*. Ou seja, em ambos os países se destaca no início do século XXI a percepção de que as desigualdades têm relação com o gênero. Isso não significa que essa preocupação estivesse ausente dos debates do século XX, mas sim que, com a série de protestos a favor de direitos para as mulheres, ela foi expressa de modo mais contundente na década de 2010.

Especificamente no contexto da pandemia, a Federação Universitária Argentina divulgou comunicados relacionados à defesa da vacinação e do sistema de saúde. Em maio

de 2021, um desses comunicados exigia a liberação de patentes para a produção de vacinas em todo mundo em uma escala maior (FUA 2021b). Em 9 de junho de 2021, outro comunicado da entidade denunciou a falta de recursos para os hospitais universitários (FUA 2021c).

Outro foco das denúncias da FUA foram os cortes promovidos pelo governo, alinhados às diretrizes neoliberais. As notícias mostravam, por exemplo, que os gastos das universidades públicas não seriam supridos pelos orçamentos fornecidos pelo governo (FUA 2021j). As críticas aos cortes também têm relação com o contexto da pandemia, tendo em vista que uma das soluções cogitadas pelo governo seria o ajuste fiscal, ao passo que, conforme os estudantes, o contexto demandaria mais investimento público em educação. Nesse sentido a organização alerta para a importância da educação em um momento de crise: “se equivocan los gobiernos que ajustan en la educación en contexto de crisis. La educación es nuestra mejor arma para combatir la pobreza y posibilitar una movilidad social ascendente. Es la puerta a nuestro futuro y al futuro de nuestro país” (FUA 2021j).

Assim como no Brasil, mesmo no contexto da pandemia a FUA não deixou de apontar a necessidade de combate às desigualdades relacionadas ao gênero. Em dezembro de 2020 no contexto de protestos *#QueSeaLey* para a legalização do aborto a entidade externou a seguinte demanda: “lxs estudiantes de todo el país exigimos que miren hacia afuera del recinto y reconozcan a lxs miles que luchamos por el derecho al Aborto Legal, Seguro Y Gratuito”. (FUA 2021fg). Em meados de dezembro de 2020 quase todas as postagens da Federação dirigiam-se à importância da legalização do aborto que foi conquistada, conforme a própria identidade: “gracias a una lucha incansable y una militancia histórica, desde hoy tenemos un dolor menos y una libertad mas” (FUA 2021h).

A denúncia do feminicídio também continuou sendo uma pauta forte da Federação, mesmo no contexto da pandemia. Em comunicado divulgado em fevereiro de 2021, a entidade denunciou um caso de uma mulher morta por seu parceiro e reivindicou políticas públicas concretas que assegurassem que as mulheres não fossem mortas por uma questão de gênero (FUA 2021f). Esses informes revelam a preocupação com as desigualdades de gênero, especialmente no contexto da pandemia – considerando as várias denúncias de violência contra a mulher nesse período.

Há apenas duas menções na página da FUA durante o período da pandemia à falta dos direitos para a população LGBTQIA+: uma comemorando o Dia do Orgulho Gay e a outra relembrando o dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia. No entanto, vale destacar que algumas ações do movimento estudantil universitário argentino ajudaram na conquista de direitos para a população LGBTQIA+. Uma dessas ações foi a promoção de banheiros inclusivos para ambos os sexos ou “sem gênero” e, anos antes, o acompanhamento da luta pela aprovação da chamada Lei do Casamento Igualitário. Logo,

ainda que não seja central na Argentina, essa é uma bandeira presente, tanto lá quanto no Brasil.

Se a percepção argentina sobre a necessidade de combater desigualdades relacionadas ao gênero no início do século XXI assemelha-se ao processo que está em curso no Brasil, por outro lado, as pautas expressas pelo movimento estudantil argentino contêm diferenças importantes em relação ao debate brasileiro. Enquanto no Brasil, por questões históricas, há uma preocupação com a questão racial interseccionada com gênero, o movimento estudantil argentino dedica parte de suas postagens a lembrar os desaparecidos durante a ditadura militar, o que é realizado por meio da *hashtag* *#MemoriaVerdadyJusticia*. Os comunicados lembram, por exemplo, os quinze anos do desaparecimento de Jorge Julio Lopez, vítima do ex-policial Miguel Etchecolatz que trabalhou na Polícia Provincial de Buenos Aires durante os primeiros anos da ditadura militar dos anos de 1970 (FUA 2021i). Outro comunicado com preocupações de mesma ordem lembrava dos estudantes rio-platenses que defendiam a educação e que foram sequestrados e torturados pela ditadura militar 45 anos atrás (FUA 2021j).

Esses são apenas dois exemplos do fato de que, durante o período da pandemia, quase todos os comunicados da Federação Universitária Argentina poderiam ser classificados como pertencentes ao âmbito das políticas de memória, na medida em que celebram datas, eventos e líderes importantes, sobretudo os que foram mortos durante a ditadura e os que, mediante participação no movimento estudantil, contribuíram para a luta pela igualdade e a justiça social na Argentina. O que se nota, assim, é que esse debate acompanha a instituição que, assim como no caso brasileiro, teve um importante papel na luta contra a ditadura.

No entanto, ainda que a UNE no Brasil não se dedique a resgatar a memória dos mortos e desaparecidos durante a ditadura, a preocupação com a volta do regime está expressa em sua luta em prol da democracia sob um governo liderado por Jair Bolsonaro – governo esse que defende propostas autoritárias e que em diversas ocasiões enaltece o período ditatorial. Ou seja, a preocupação com a volta do regime ditatorial está presente em ambos os contextos, muito embora no Brasil e na Argentina as organizações estudantis dos jovens defendam a democracia de modos diferentes.

O fato das postagens da UNE se centrarem em críticas ao atual presidente – muita mais do que na Argentina - tem relação com o modo como ambos os governos conduziram o combate às mazelas causadas pela pandemia. No Brasil, o governo foi negligente com a prevenção e o tratamento da Covid-19. Na Argentina, ao menos em termos discursivos, houve medidas de prevenção à saúde e proteção de direitos na pandemia.

Outra diferença entre as pautas atuais das organizações políticas formadas por jovens estudantes no Brasil e na Argentina é que parte das pautas atuais no Brasil defendem a

democracia, enquanto na Argentina a luta é mais concentradamente direcionada contra o neoliberalismo. Isso se explica pela diferença de ambos os governos em relação a diretrizes econômicas, políticas e sociais.

INTERPRETAÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS NAS PAUTAS

De modo geral há diferenças nas percepções sobre as desigualdades sociais nas duas organizações – a questão racial tem forte apelo no Brasil, enquanto as políticas de memória são uma das principais tônicas na Argentina. No entanto, há também semelhanças, como a preocupação com a questão de gênero.

Acreditamos que as pautas das organizações políticas referentes às desigualdades sociais revelam percepções que estão em estreita conexão com as transformações ocorridas no tecido social. Por exemplo, a percepção sobre a importância da inclusão da mulher tem relação com o campo dos movimentos sociais, que passou a disseminar pautas como os feminismos, os antirracismos e os direitos da população LGBTQIA+, o que resultou na multiplicação dos coletivos que atuam de modo interseccional ou favor de algum desses grupos (Perez 2019).

Por outra perspectiva, a internet é considerada uma das catalisadoras para os debates feministas, na medida em que permitiu o compartilhamento de conteúdo que revela múltiplas desigualdades, incentivando o debate a seu respeito. Os efeitos práticos da nova relação entre Estado e sociedade civil propiciada pelas redes já se fazem sentir há alguns anos. Estudos mostram que a internet potencializou os grandes protestos que eclodiram depois de 2010 em diversas partes do mundo (Castells, 2013). No Brasil, a internet foi central para o maior protesto de mulheres conhecido pelo símbolo disseminado nas redes sociais *#EleNão* (Perez; Moura e Bandeira 2021).

Em que pese as mudanças sociais, as alterações nos projetos políticos defendidos pelos governos eleitos também têm impacto nos movimentos sociais e em suas pautas. Em 2002 Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), intensificando a aproximação do Governo Federal com os movimentos sociais. O PT permaneceu no poder por quase treze anos (Lula foi reeleito em 2006 e foi seguido por Dilma Rousseff, também do PT, eleita nos dois pleitos seguintes e retirada do cargo após processo de *impeachment* em 2016).

O PT ampliou as Instituições de Participação, como as Conferências de Direitos, eventos que congregavam delegados escolhidos entre atores da sociedade civil em etapas municipais e estaduais para discutir e propor encaminhamentos das políticas públicas em diversas áreas, como juventudes, idosos, afrodescendentes, indígenas, mulheres e LGBTs (Santos, Perez e Szwako 2017). Houve também importantes avanços legislativos, como a

aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) de combate à violência doméstica de gênero e da Lei do feminicídio (Lei nº 13.104/2015) que converteu em crime hediondo o assassinato de mulheres em virtude de seu “sexo”.

O campo educacional também se tornou mais inclusivo devido a iniciativas governamentais durante as gestões petistas no Governo Federal. Em 2007 foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tinha entre seus objetivos principais ampliar o acesso e a permanência na educação superior, inclusive pela criação de novos *campi* no interior do país. Como reflexo positivo das políticas de expansão das vagas nas instituições federais de Ensino Superior, no período de 2003-2011 houve um aumento aproximado de 60% das matrículas nos cursos de graduação presencial; algo em torno de 90% nos programas de pós-graduação *stricto sensu*; bem como uma ampliação superior a 520% nas matrículas nos cursos de graduação na modalidade à distância – consequência da criação, em 2006, da Universidade Aberta do Brasil (UAB) (Brasil, 2012).

Além da expansão das universidades e da ampliação de vagas, as chamadas políticas de ações afirmativas – também conhecidas por cotas – passaram a ser discutidas e implementadas no Brasil a partir de 2001, resultando na inclusão de estudantes pobres e negros nas universidades. A Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio contínua (PNAD, 2019), mostrou que no ano de 2019, pela primeira vez na história do país, estudantes pretos e pardos, em conjunto, passaram a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do país (50,3%).

De forma semelhante à vivida pelo Brasil e outros países da região, embora com algumas singularidades, desde o início do século XXI a Argentina vive um processo de ampliação de direitos e de crescente reconhecimento da diversidade social. Dentro do conjunto de leis que foram aprovadas nas primeiras décadas do século XXI, destacamos os chamados “Matrimonio igualitário” (2010) e a Identidade de Gênero (2012).

As políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades sociais na educação superior implantadas entre 2003 e 2015 na Argentina podem ser organizadas em dois tipos, conforme Beltrán e Obeide (2021): a criação de novas universidades e o auxílio financeiro aos estudantes. Ambas as políticas cresceram nesses anos. Por exemplo, o número de bolsas e apoios a estudantes universitários multiplicou-se por 28 entre 2000 e 2012, enquanto entre 2003 e 2015 foram inauguradas dezessete novas universidades nacionais (Beltran e Obeide, 2021, 26).

As políticas públicas e as novas leis foram expressão de um processo de mobilização e de visibilidade pública no qual os jovens implantaram propostas que buscaram produzir igualdades a partir do reconhecimento da diversidade (Vommaro, 2019). Segundo Blanco e Spataro (2019) a mobilização das juventudes foi expressa nas universidades argentinas por

meio das seguintes práticas e ações: demanda por ferramentas institucionais para enfrentar a violência sexista no ambiente universitário; crescimento das “questões de gênero” nas causas militantes do ativismo universitário; teorização sobre a violência a partir de uma perspectiva situada nos diferentes contextos em que ela ocorre; implementação de diferentes instrumentos e estratégias institucionais visando sua erradicação. Na Universidade de Buenos Aires, por exemplo, foi aprovado em 2015 o “Protocolo de Ação Institucional para a prevenção e intervenção em situações de violência ou discriminação com base no gênero ou orientação sexual” (Blanco e Spataro 2019, 174).

Essa expansão da politização juvenil em um processo geracional que se desdobra nas dimensões de gênero, diversidade e sexualidade também foi abordada por Silvia Elizalde (2019), que afirma que:

> las jóvenes imprimen un sello temático, estético-expresivo y generacional específico a los activismos de género que protagonizan. Recuperan temas “clásicos” del feminismo (el aborto y la autodeterminación de los cuerpos de las mujeres; la denuncia contra la violencia y los femicidios) pero incluyen tópicos propios de su experiencia vital, como el acoso sexual y callejero, los “micromachismoos” y el “lenguaje inclusivo”. Asimismo dotan de una dimensión espectacularizada a sus acciones y performances públicas - las llaman también “la generación glitter” -, y articulan fluida y constantemente sus interacciones cotidianas y de praxis política con una variedad de lenguajes, soportes y mediaciones tecnológicas. En este sentido, su activa participación en la escena política asociada a derechos está marcada tanto por el diálogo y la complicidad intergeneracional con las mayores, como con cierta variabilidad de posicionamientos frente a los feminismos organizados. (Elizalde 2019, 90).

Como resposta a essas demandas, foram criadas algumas políticas públicas que reconhecem o caráter multidimensional das desigualdades sociais. Por exemplo, em agosto de 2021, a Secretaria de Políticas Universitárias da Argentina lançou a convocação para a criação e o fortalecimento de espaços institucionais de gênero nas universidades públicas a partir do diagnóstico de assimetria dessas relações nas universidades. Conforme o Secretário de Políticas Universitárias da Argentina, existe:

> un problema de desigualdad de género evidente en las universidades: tenemos más alumnas y graduadas, pero menos profesoras titulares; tenemos más ayudantes mujeres pero menos adjuntas; además, si observamos la conformación de autoridades vemos cómo a mayor cargo, menor presencia de mujeres. Eso, sin dudas, son cuestiones a resolver” (Perczyk 2021).

Por fim, é importante ressaltar que na Argentina, assim como no Brasil, as desigualdades de gênero aumentaram e se ampliaram durante a pandemia. A violência de gênero aumentou, os casos de violência institucional aumentaram assim como os episódios de criminalização e de perseguição de homens e mulheres jovens de bairros populares (Dammert, Bonilla e Vommaro, 2020). Isso ajuda a explicar o foco nas questões de gênero no contexto da pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou as diferenças na percepção das desigualdades sociais conforme notícias divulgadas por organizações estudantis no Brasil e na Argentina durante o período da pandemia. É possível perceber algumas semelhanças nessas pautas, como a defesa da igualdade de gênero. Para explicar esse resultado, mostramos avanços nas políticas públicas dirigidas a esses grupos, assim como a importância dessa temática nos movimentos sociais.

Quanto às diferenças, apontamos a crítica ao neoliberalismo por parte da organização Argentina, enquanto que no Brasil há uma defesa da democracia e uma forte crítica ao governo autoritário de Bolsonaro, que teria sido negligente no combate e prevenção ao Covid-19. Outra diferença importante nas pautas das entidades dos dois países diz respeito à preocupação com a questão racial, muito mais presente no Brasil do que na Argentina. Já na Argentina a memória em relação ao período ditatorial é central. Essas diferenças têm relação com o contexto, formação, magnitude e importância dadas aos fatos históricos nos dois países.

O estudo contribui para as pesquisas sobre as juventudes, na medida em que faz um apanhado histórico do que aconteceu nesse período, mas também ao explicar diferenças e similitudes entre as pautas das organizações da juventude nos dois casos.

Apesar das conjunturas nacionais distintas e das diferentes histórias da UNE e da FUA, as semelhanças em suas pautas atuais devem-se a configurações de agendas geracionais marcadas por causas e questões emergentes em nível nacional e regional. Assim, no que se refere a um direcionamento futuro para as pesquisas, apostamos na explicação geracional para uma melhor compreensão das semelhanças entre as pautas dos movimentos sociais nos diversos países da América Latina.

Referências:

Beltran, Natacha e Obeide, Sergio. 2021. Políticas universitarias de inclusión social en la Argentina durante los gobiernos kirchneristas. Una lectura desde la producción académica y el discurso oficial. *Revista de la educación superior*, 50 (197):19-39. https://doi.org/10.36857/resu.2021.197.1577

Blanco, Rafael e Spataro, Carolina. 2019. Con/contra las estrategias institucionales: percepciones de estudiantes universitarios ante iniciativas contra violencias sexistas. *Revista Nómadas,* 51: 173-189. https://doi.org/10.30578/nomadas.n51a10.

Boghossian, Cynthia e Minayo, Maria Cecilia. 2019. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, 18: 411-423. https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000300006

Brasil. 2012. *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Brasília.

Castells, Manuel. 2013. *Redes de indignação e esperança movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Crenshaw, Kimberlé. 2002. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10 (1): 171-188. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011

Dammert, Manuel; Bonilla, Luis e Vommaro, Pablo. 2020. *Múltiples miradas para renovar una agenda urbana en crisis*. Buenos Aires, Clacso.

Elizalde, Silvia. 2019. Hijas, hermanas, nietas: genealogías políticas en el activismo de género de las jóvenes. *Revista Ensambles en Sociedad, Política y Cultura*, (4): 86-93.

Estado De Minas. 2021. Vida, Pão, Vacina e Educação: movimento estudantil faz ato na UFMG. (2021, 30 março). *Estado de Minas*. Recuperado de https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/03/30/interna_gerais,1252129/vida-pao-vacina-e-educacao-movimento-estudantil-faz-ato-na-ufmg.shtml Acesso em 19/09/2021.

Fávero, Maria de Lurdes. 1995. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora URFJ.

FUA. 2021a. Quienes Somos. Recuperado de http://www.lafua.org/?page_id=137. Acesso em 19/09/2021.

FUA. 2021b. #NiUnaMenos. Recuperado de http://www.lafua.org/?p=541. Acesso em 19/09/2021.

FUA. 2021c. Exijamos que liberen las patentes!. Recuperado de http://www.lafua.org/?p=2427. Acesso em 19/09/2021.

FUA. 2021d. Faltan muchos millones en el presupuesto a los hospitales universitarios. Recuperado de http://www.lafua.org/?p=2462. Acesso em 19/09/2021.

FUA. 2021e ¡La ESI es esencial, es urgente! Recuperado de http://www.lafua.org/?p=2404. Acesso em 19/09/2021.

FUA. 2021f. Justicia por Úrsula. Recuperado de http://www.lafua.org/?p=2331. Acesso em 19/09/2021.

FUA. 2021g. #Abortolegal2020. Recuperado de http://www.lafua.org/?p=2331. Acesso em 19/09/2021.

FUA. 2021h. Es ley. Recuperado http://www.lafua.org/?p=2307. Acesso em 19/09/2021.

FUA. 2021i. ¿A qué te podés acostumbrar? Recuperado de http://www.lafua.org/?p=2533. Acesso em 19/09/2021.

FUA. 2021j. Los lapices siguen escribiendo. Recuperado de http://www.lafua.org/?p=2524. Acesso em 19/09/2021.

FUA. 2021k. Defendamos la universidad, defendamos el presupuesto. Recuperado de http://www.lafua.org/?p=2530. Acesso em 19/09/2021.

Gohn, Maria da Glória. 2016. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo de Educação* (16): 125-146. http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.16.047.DS06

Marsiske, Renate. 2018. “La juventud desinteresada y pura”: el movimiento estudiantil en la Universidad de Córdoba, Argentina, 1918. *Perfiles educativos*, (161): 196-215.

Perczyk, Jaime. Lanzamos una convocatoria para espacios institucionales de género en universidades públicas. Recuperado de https://www.argentina.gob.ar/noticias/lanzamos-una-convocatoria-para-espacios-institucionales-de-genero-en-universidades-publicas . Acesso em 19/09/2021.

Perez, Olivia Cristina; Moura, Joana e Bandeira, Caroline. 2021. Protestos a favor dos direitos das mulheres e contra a gestão Bolsonaro. *Latin American Perspectives*. No prelo.

Perez, Olivia Cristina. 2019. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, (25):258-256. https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577

Perez, Olivia Cristina. 2021. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. *Izquierdas,* (1):1-16.

PNAD, 2019. Educação - 2019. Retirado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em 19/09/2021.

Santos, Gustavo Gomes da Costa; Perez, Olivia Cristina e Szwako, José Leon. 2017. Gêneros da participação: refletindo sobre limites e possibilidades da participação social na promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual em âmbito estatal. *Estudos de Sociologia (UFPE)* (23): 19-74.

UBES. 2021. Vida, pão, vacina e educação: Estudantes exigem prioridades em Jornada de Lutas. (2021, 16 março). Recuperado de https://ubes.org.br/2021/vida-pao-vacina-e-educacao-sao-exigencias-de-estudantes-em-jornada-de-lutas/. Acesso em 19/09/2021.

UNE. 2021a. Carta ao Congresso Nacional. Recuperado de: https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2021/08/carta-aos-poderes-2.pdf. Acesso em 19/09/2021.

UNE. 2021b. Carta da União Nacional dos Estudantes ao Congresso Nacional e à Sociedade Brasileira sobre Auxílio Emergencial aos Estudantes de Universidades Particulares. Recuperado de: https://une.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Carta_AuxilioUNE_Final.pdf. Acesso em 19/09/2021.

UNE. 2021c. Memória. Recuperado de: https://www.une.org.br/memoria/ Acesso em 19/09/2021.

UNE. 2021d. Vida, Pão, Vacina e Educação: entidades aprovam jornada de lutas. Recuperado de https://www.une.org.br/noticias/vida-pao-vacina-e-educacao-entidades-aprovam-jornada-de-lutas/ Acesso em 19/09/2021.

UNE. 2021e. Entidades estudantis convoca atos pelo impeachment de Bolsonaro. Recuperado de https://www.une.org.br/noticias/entidades-estudantis-convoca-atos-pelo-impeachment-de-bolsonaro/. Acesso em 19/09/2021.

UNE. 2021f. Repúdio à agressão machista ocorrida no ato de 7 de setembro em Curitiba. Recuperado de https://www.une.org.br/noticias/repudio-a-agressao-machista-ocorrida-no-ato-de-7-de-setembro-em-curitiba/. Acesso em 19/09/2021.

UNE. 2021g. 84 anos da UNE e cinco marcos recentes na história da entidade. Recuperado de https://www.une.org.br/noticias/84-anos-da-une-e-cinco-marcos-recentes-na-historia-da-entidade/. Acesso em 19/09/2021.

UNE. 2021h. Um novo tempo há de vencer: diretoria lança 4º Encontro LGBT da UNE. Recuperado de https://www.une.org.br/noticias/um-novo-tempo-ha-de-vencer-diretoria-lanca-4o-encontro-lgbt-da-une/. Acesso em 19/09/2021.

Vázquez, Melina. et all. 2021. *Acciones colectivas durante la pandemia*. Infome GT Infancias e Juventudes – Clacso.

Vommaro, Pablo. 2019. Desigualdades, derechos y participación juvenil en América Latina: acercamientos desde los procesos generacionales. *Rev. Direito Práxis* (10): 1192-1213. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40829

Vommaro, Pablo. 2020. Durante y después de la pandemia: dimensiones sociales, políticas y económicas. In Breno Bringel y Geoffrey Pleyers (eds.). *Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia*. Buenos Aires: CLACSO; Lima: ALAS. p.163-174.